

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIVARAS
GABINETE DO PREFEITOAv. Raimundo Martins, 522 • Centro • Fones: (86) 3261-1131
CNPJ 41.522.335/0001-57 • CEP.: 64.335-000 • Coivaras – Piauí
E-mail: prefeituradecoivaras@hotmail.com

Portaria nº 044/2019

Coivaras – PI, 28 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Coivaras, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 149/2010 que dispõe o Plano de Carreira, Cargos, Vencimento e Remuneração dos profissionais da Educação do Município de Coivaras - PI, especificamente, em seu artigo 31;

CONSIDERANDO, a valorização dos servidores da educação - Administrativos, é uma das prioridades do executivo municipal;

RESOLVE:

Art. 1º – Promover a mudança de nível salarial para o nível imediatamente superior que lhes pertence, nos termos do artigo 31 da Lei Municipal 149/2010, aos Servidores:

- Gilson Gomes da Silva da Classe A para Classe B

Art. 2º – Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a Abril, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coivaras, Estado do Piauí, aos vinte e oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezanove.

Comunique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Marcelino Almeida de Araújo
Prefeito Municipal

(Publicado conforme o recebido)

PARECER Nº ____/2019

Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico ref. ao requerimento do Auxiliar de Serviços Gerais, Sr. GILSON GOMES DA SILVA, pertencente ao quadro efetivo municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, que pleiteia a mudança de classe, A para B com fundamento na Lei Municipal nº 149/2010.

Referência: Solicitação de mudança de classe do servidor pertencente ao quadro do Município de Coivaras- PI, com base na Lei Municipal nº 149/2010.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MUDANÇA DE CLASSE. LEI MUNICIPAL Nº 149/2010.

Trata-se de resposta ao requerimento do servidor público municipal GILSON GOMES DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, solicitando mudança de classe de acordo com o artigo 31 da Lei Municipal nº 149/2010.

Em resposta ao requerimento suscitado apresenta-se as seguintes considerações:

Os princípios basilares que devem reger a atuação do administrador público são os da Legalidade e da Supremacia do Interesse Público. A legalidade administrativa, diferentemente da legalidade civil ou privada, restringe a atuação do administrador público aos estritos ditames da lei, sendo-lhe vedado atuar caso contrário, assim não dispuser.

Rua das Orquídeas, 691 - Jockey • CEP 64048-150 • Tel.: 86 3233-3621/3233-4005
www.araujoelopes.com.br

O princípio da legalidade deve ser respeitado em quase toda a atuação administrativa, com raras exceções constitucionais. Esse princípio determina que é vedado à Administração Pública realizar ato não previsto em Lei.

É certo que a atuação da Administração Municipal, no caso em tela, deve ser pautada/regida pelo princípio da legalidade, avaliando e obedecendo estritamente os ditames legais. A Lei nº 149/10 que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos, Vencimento e Remuneração dos Profissionais da Educação de Coivaras - PI, prevê em seu artigo 23, §2º, a mudança de classe solicitada, in verbis:

" Art. 23 - (...)

II. apoio administrativo classe B (agente administrativo, preceiteiro, merendeira, zeladora e motorista)

(...)

• apoio administrativo classe B é o regularmente investido no cargo para cujo o provimento se exige habilitação em anexo Fundamental completo:

Da documentação juntada pelo Requerente, constata-se que o mesmo concluiu o 1º Grau, conforme certificado em anexo, assim, faz jus a mudança de classe requerida, de A para B.

Sem mais delongas, comprovando o Requerente a conclusão do 1º Grau, este tem o direito a mudança de classe requerida.

Deste modo, cumpridos os requisitos exigidos, correto é o deferimento da mudança de classe do Requerente, passando da classe A para classe B.

CONCLUSÃO

De acordo com a fundamentação acima mencionada, o opinativo é pelo seu **DEFERIMENTO**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Coivaras - PI, 21 de março de 2019.

Ivan Lopes de Araújo Filho
Advogado, OAB/PI nº 14.249